



# RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADOS



**2018**

# **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADOS**

**2018**

## ÍNDICE

	Pág.
Relatório de Gestão Consolidado _____	4
Balanço Consolidado _____	16
Demonstração de Resultados Consolidada _____	19
Fluxos de Caixa Consolidados _____	21
Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados _____	23

## **Relatório de Gestão Consolidado**

## **1 Introdução**

Nos termos do nº 1 do art.º 74.º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, *“o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais”*. O artigo atrás citado acrescenta, através do seu nº 2, que *“a contabilidade das entidades referidas no número anterior respeita o Plano de Contas em vigor para o sector local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, nos termos previstos na lei”*. O presente relatório que anexa as contas consolidadas visa dar cumprimento a esta obrigação legal.

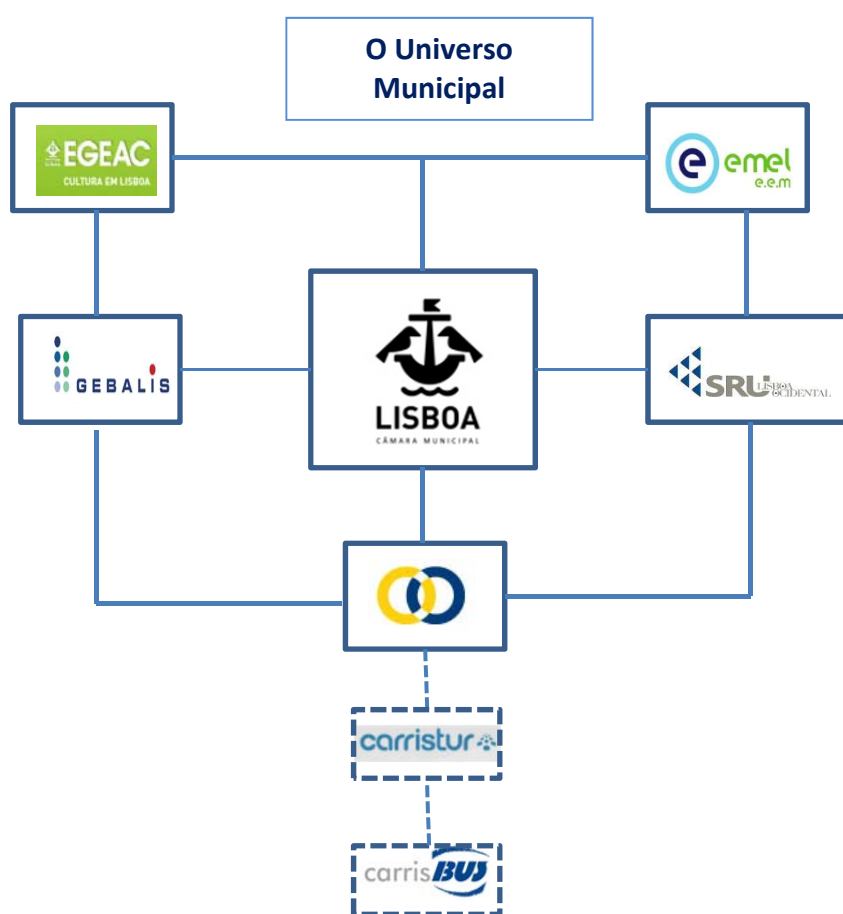
Na elaboração dos documentos de prestação de contas consolidadas, foi observada a orientação nº 1/2010, aprovada pela Portaria 474/2010, de 15 de Junho, tendo a operação de consolidação sido suportada na elaboração de um mapa de fluxos de caixa consolidado e um anexo às Demonstrações Financeiras.

De acordo com a mesma Portaria, são estabelecidos um conjunto de princípios orientadores e os requisitos mínimos que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades públicas administrativas e que de, acordo com o seu artigo 3º, são de aplicação obrigatória, bem como as instruções do SATAPOCAL, de maio de 2011, e de maio de 2015.

## 2 Entidades do perímetro de consolidação

As contas consolidadas integram, para além das relativas ao Município de Lisboa (ML), as das entidades do perímetro de consolidação, constituindo-se assim o designado Universo Municipal: Grupo Carris – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA (Inclui a consolidação da Carris com as suas participadas Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda. e Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transporte, S.A.), EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, EM, SA, EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, EM, SA, GEBALIS – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, EM, SA e LISBOA OCIDENTAL SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, SA (empresas cujo capital é integralmente detido pelo ML).

Em 2017, verificou-se a introdução da CARRIS no universo municipal cuja passagem para a esfera do Município de Lisboa, ocorreu a 1 de fevereiro de 2017, por força da aplicação do Decreto-Lei nº 86-D/2016, de 30 de setembro.



### **3 Breve análise das demonstrações financeiras consolidadas**

Conforme é conhecido, a dimensão da atividade empresarial local no Universo Municipal relativamente à diretamente desenvolvida pelo ML é reduzida – por exemplo, o total dos Ativos das empresas municipais é de 328,4 milhões de euros, que representam 10,5% do total do ativo do Município individualmente considerado e o total da faturação de vendas, serviços e impostos é de 191,0 milhões de euros que compara com os 637,5 milhões obtidos pelo Município. O peso do Município em 2018 tem vindo a decrescer relativamente aos anos anteriores devido à inclusão do Grupo Carris com um impacto de cerca de 115,6 milhões de euros.

Deste modo, as contas consolidadas agora apresentadas estão essencialmente marcadas pela evolução da situação económica e financeira do Município durante o exercício de 2018, quando individualmente considerado. Todos os aspetos positivos conseguidos e já relevados no Relatório de Gestão das Contas Individuais de 2018, são confirmados pelos dados consolidados, tanto mais que as empresas municipais apresentam igualmente uma situação de equilíbrio, quer no seu conjunto, quer quando consideradas individualmente.

### 3.1 Situação económica e financeira – variação face ao ano anterior

#### 3.1.1 – Análise do Balanço Consolidado

unidade: milhares de euros

Descrição	Consolidado do Município de Lisboa		Varição
	2018	2017	2018-2017
	Ativo Líquido	Ativo Líquido	Ativo Líquido
<b>ATIVO</b>			
Imobilizações	2.726.698	2.729.483	-2.785
Investimentos Financeiros	54.406	50.850	3.556
Existências	5.946	6.348	-402
Dividas de terceiros - médio e longo prazo	29.609	34.772	-5.163
Dividas de terceiros - curto prazo	81.302	150.813	-69.510
Depósitos em instituições financeiras e caixa	230.699	276.011	-45.312
Acréscimos e diferimentos	181.107	186.103	-4.996
<b>Total do ativo</b>	<b>3.309.767</b>	<b>3.434.379</b>	<b>-124.612</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Próprios:</b>			
Património	2.077.572	2.077.572	-
Resultados transitados, Reservas e Ajustamentos partes de capital em empresas	112.052	24.589	87.463
Resultado líquido de exercício	71.293	91.397	-20.104
<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>2.260.916</b>	<b>2.193.557</b>	<b>67.359</b>
<b>Passivo:</b>			
Provisões para Riscos e Encargos	214.980	326.445	-111.464
Dívidas a Terceiros - médio e longo prazo	331.452	379.509	-48.056
Dívidas a Terceiros - curto prazo	195.766	223.011	-27.246
Acréscimos e Diferimentos	306.653	311.858	-5.205
<b>Total do passivo</b>	<b>1.048.851</b>	<b>1.240.822</b>	<b>-191.971</b>
<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>3.309.767</b>	<b>3.434.379</b>	<b>-124.612</b>

- O valor do ativo consolidado é de 3.309,8 milhões de euros, composto essencialmente pelo valor apresentado no balanço individual do Município de Lisboa, entidade consolidante, em 3.120,5 milhões de euros, cerca de 94%.
- Comparativamente com o ano de 2017 verifica-se que as imobilizações líquidas observaram um ligeiro decréscimo de cerca de 2,8 milhões de euros, em resultado do acréscimo dos valores brutos de 120,6 milhões de euros, sendo 73,7 milhões de euros relativos ao Município de Lisboa e 35,1 milhões de euros relativos à Carris, compensado pelo aumento das amortizações em 123,4 milhões de euros.
- Quanto às dívidas de terceiros de curto prazo verificou-se um decréscimo acentuado relativamente ao exercício anterior, decorrente essencialmente, da conclusão do acordo de pagamento da dívida associada a derivados financeiros, no que se refere à Carris e as



regularizações efetuadas no Município de valores em aberto com diversos fundamentos, como sejam, o reconhecimento oficioso da prescrição, relativo a processo de antiguidade assinalável, 86% dos quais com liquidações emitidas antes de 2004, a inconstitucionalidade do tributo em causa (TMPC), o reconhecimento de isenções devidas, no essencial por relação com o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no concelho de Lisboa.

- Os fundos próprios apresentam um valor de 2.260,9 milhões de euros, verificando-se uma variação positiva de 67,4 milhões de euros, comparativamente com o exercício anterior.
- No que se refere ao passivo, registou-se um decréscimo de 192,0 milhões de euros, reflexo essencialmente da diminuição das provisões para riscos. Esta diminuição de 111,5 milhões de euros, deve-se essencialmente à redução, por parte do Município de Lisboa, do valor relativo ao processo judicial relativo a indemnização por incumprimento do contrato de doação celebrado em 1983 de uma parcela de terreno integrada na Quinta das Pedreiras, no Alto do Lumiar, com encerramento deste contencioso e o pagamento da sentença respetiva, dando cumprimento ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça proferido no Processo número 5491/09.1TVLSB, em que foram autores José António Arez Romão, Ana Maria de Arez Romão e Brito Correia, Maria da Graça Arez Romão e Maria Madalena Arez Romão Pais de Vasconcelos.

### 3.1.2 - Demonstração de resultados consolidada

unidade: milhares de euros

	Consolidado do Município de Lisboa		Varição
	2018	2017	2018-2017
<b>CUSTOS E PERDAS</b>			
Fornecimentos e serviços externos	204.418	198.612	5.805
Custos com o pessoal	328.011	307.053	20.958
Transferências e subsídios correntes concedidos	106.900	92.627	14.273
Amortizações do exercício	79.712	72.962	6.750
Provisões do exercício	51.929	85.180	-33.250
Outros custos	70.547	41.136	29.411
Custos e perdas extraordinários	216.902	111.879	105.022
Resultado líquido do exercício	71.293	91.397	-20.104
	<b>1.129.712</b>	<b>1.000.846</b>	<b>128.866</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>			
Vendas e prestações de serviços	314.825	291.160	23.665
Impostos e taxas	513.051	542.623	-29.572
Transferências e subsídios obtidos	47.024	38.007	9.018
Outros proveitos	26.854	31.725	-4.871
Proveitos e ganhos extraordinários	227.959	97.331	130.627
	<b>1.129.712</b>	<b>1.000.846</b>	<b>128.866</b>

- O resultado líquido consolidado é de 71,3 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 20,1 milhões de euros comparativamente com o exercício anterior.
- Durante este exercício verificou-se um acréscimo de custos de 149,0 milhões de euros e um aumento de proveitos de 128,9 milhões de euros. O acréscimo dos custos deve-se essencialmente ao aumento do valor dos custos com pessoal, que reflete o aumento ocorrido no efetivo municipal, de cerca de 9,8 milhões de euros, fundado, designadamente, na admissão de trabalhadores nos procedimentos concursais para o quadro do Município de Lisboa, relativos, sobretudo, à categoria de cantoneiros de limpeza, assistente operacional, tratador e apanhador de animais e bombeiro sapador, a par com a admissão de Polícias Municipais com vínculo de emprego público nomeação, assim como o acréscimo do valor relativo à Carris com um impacto de cerca de 7,6 milhões de euros e derivado da entrada líquida de 220 tripulantes e 10 oficinais, contribuindo para prosseguir o reequilíbrio do efetivo necessário para a prestação do serviço público, previsto no contrato de concessão celebrado com o Município de Lisboa.
- Registaram-se ainda variações significativas na rubrica custos e perdas extraordinários, de 105,0 milhões de euros, reflexo dos movimentos efetuados no Município no que se refere à devolução da TMPC de cerca de 53,8 milhões de euros e ao registo do pagamento, em 2018, de 65,3 milhões de euros, relativos à sentença judicial 5491/09.1TVLSB já referida neste relatório.
- No que se refere aos proveitos extraordinários ocorreu uma variação positiva de 130,6 milhões de euros, resultado dos registos efetuados no Município relativos à redução de provisões, destacando-se a redução na provisão associada ao processo objeto da sentença judicial 5491/09.1TVLSB (Arez Romão), com registo nesta rubrica de 65,3 milhões de euros e à redução da provisão existente para os reembolsos da TMPC, de cerca de 56,1 milhões de euros.

### 3.2 Situação económica e financeira consolidada

Comparando o contributo para os números consolidados da atividade do Município, por um lado, e do conjunto das empresas municipais, por outro, são apresentados o balanço e a demonstração de resultados muito sintetizados:

## BALANÇO

unidade: milhares de euros

Descrição	Consolidado do Município de Lisboa	Município de Lisboa	Outras Entidades	Ajustamentos de consolidação	% ML
	2018				
	Ativo Líquido	Ativo Líquido	Ativo Líquido	Ativo Líquido	
<b>ATIVO</b>					
Imobilizações	2.781.104	2.696.045	186.518	-101.459	97%
Ativo circulante	347.556	242.691	132.907	-28.041	70%
Acréscimos e diferimentos	181.107	181.736	8.985	-9.614	100%
<b>Total do ativo</b>	<b>3.309.767</b>	<b>3.120.472</b>	<b>328.409</b>	<b>-139.115</b>	<b>94%</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>					
Fundos Próprios	2.260.916	2.216.463	133.631	-89.177	98%
Total dos fundos próprios	2.260.916	2.216.463	133.631	-89.177	98%
<b>Passivo:</b>					
Provisões para Riscos e Encargos	214.980	204.698	10.282	0	95%
Dívidas a Terceiros	527.218	446.625	115.661	-35.067	85%
Acréscimos e Diferimentos	306.653	252.686	68.836	-14.870	82%
Total do passivo	1.048.851	904.010	194.778	-49.937	86%
<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>3.309.767</b>	<b>3.120.472</b>	<b>328.409</b>	<b>-139.115</b>	<b>94%</b>

Como se pode verificar no quadro acima, no exercício de 2018, os valores do balanço consolidado não apresentam variações significativas relativamente ao balanço individual do Município. A variação mais significativa corresponde ao ativo circulante, onde nas outras entidades (entidades do perímetro de consolidação) se inclui um valor de 74,5 milhões de euros (56%) relativos ao grupo Carris.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

unidade: milhares de euros

Descrição	Consolidado do Município de Lisboa	Município de Lisboa	Outras Entidades	Ajustamentos de consolidação	% ML
	2018				
<b>CUSTOS E PERDAS</b>					
Fornecimentos e serviços externos	204.418	124.305	80.912	-799	61%
Custos com o pessoal	328.011	228.617	99.394	-	70%
Outros custos	309.088	286.572	41.264	-18.748	93%
Custos e perdas extraordinários	216.902	235.956	1.104	-20.159	109%
Resultado líquido do exercício	71.293	51.277	9.126	10.890	72%
	<b>1.129.712</b>	<b>926.728</b>	<b>231.800</b>	<b>-28.816</b>	<b>82%</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>					
Vendas e Impostos e Taxas	827.875	637.520	191.014	-659	77%
Outros proveitos	73.878	64.159	37.542	-27.823	87%
Proveitos e ganhos extraordinários	227.959	225.049	3.243	-334	99%
	<b>1.129.712</b>	<b>926.728</b>	<b>231.800</b>	<b>-28.816</b>	<b>82%</b>

No quadro acima, verifica-se que as contas individuais do Município mantêm o seu peso, comparativamente com o exercício anterior (2018: 82%; 2017: 82%) sobre os valores de custos e proveitos das contas consolidadas do Município de Lisboa. Do total de custos das outras entidades de 222,7 milhões de euros, 125,7 milhões de euros (56%) referem-se à Carris e no que concerne aos proveitos num total de 231,8 milhões de euros, 134,7 milhões de euros (58%) referem-se ao grupo Carris.

### 3.3 Situação económica e financeira das empresas municipais do Universo Municipal

Unid: milhares de euros

Rubricas	CARRIS	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU
<b>Capital Social</b>	382.941	449	32.000	1.300	2.000
<b>Capital Próprio</b>	94.409	4.615	41.425	2.993	17.056
<b>Activo Não Corrente</b>	110.061	7.483	59.403	609	32.288
<b>Activo Corrente</b>	63.761	7.878	13.725	23.378	5.476
<b>Passivo Total</b>	79.413	10.745	31.703	20.995	20.708
<b>Passivo Não Corrente</b>	17.792	1.713	5.220	10.355	16.287
<b>Passivo Corrente</b>	61.622	9.032	26.484	10.640	4.421
<b>Rendimentos Totais</b>	118.169	28.046	39.491	21.850	7.678
Subsídios de Exploração	15.046	8.693	-	3.006	6.706
<b>Gastos Totais</b>	109.744	27.963	38.800	21.789	7.675
Gastos com Pessoal	60.370	11.419	12.953	5.281	760
<b>RAI</b>	8.425	83	691	61	3
<b>EBITDA</b>	14.647	1.190	4.557	530	88
<b>RL</b>	8.664	35	393	33	1
<b>N.º Empregados</b>	2.321	376	608	201	26

Relativamente a cada uma das empresas municipais, releva-se:

- CARRIS – Passagem para a esfera do Município de Lisboa, a 1 de fevereiro de 2017, por força da aplicação do Decreto-Lei nº 86-D/2016, de 30 de setembro. A empresa apresenta Resultados Líquidos e Capitais Próprios positivos, respetivamente de 8,7 milhões de euros (face aos 5,0 milhões de 2017) e de 94,4 milhões de euros (face aos 83,7 milhões de 2017).

Em termos gerais em 31 de dezembro de 2018, o balanço da empresa apresenta um decréscimo de ativos e passivos, decorrente essencialmente, da conclusão do acordo de pagamento da dívida associada a derivados financeiros e um acréscimo líquido dos ativos fixos tangíveis pela introdução do valor do investimento que ronda os 29,0 milhões de euros.

Em termos de rendimentos apurou-se uma variação positiva de 3,1 milhões de euros nas prestações de serviços face ao ano anterior a par com um acréscimo significativo na rubrica subsídios à exploração que se saldou em 15,0 milhões de euros em 2018 face aos 3,9 milhões de euros de 2017. O montante registado em subsídios à exploração refere-se a 2,3 milhões de euros de compensação financeira atribuída ao passe escolar, ao passe social de 1,6 milhões, à compensação dos títulos de transporte intermodais, 1,6 milhões e

à compensação financeira atribuída pelo Município pelo cumprimento das obrigações de serviço público relativamente ao exercício de 2017, 9,5 milhões de euros. Quanto à compensação relativa ao ano de 2018, o valor não foi ainda apurado pela empresa encontrando-se o valor de 10,0 milhões de euros, transferidos pelo Município a título de pagamento por conta, registado num passivo da empresa.

- EGEC – O valor do subsídio de exploração anual concedido pelo Município foi de montante igual ao de 2017 (10 milhões de euros), tendo sido reduzido para o valor de 8,2 milhões de euros no quadro dos mecanismos contratualmente previsto e associados à garantia do equilíbrio das contas da empresa. Para este resultado contribuiu a trajetória de crescimento de visitantes (8,4% / 255.186), o que, já no universo dos novos equipamentos sob gestão, levou ao crescimento do valor de vendas e das prestações de serviços em 12,8% / 1,9 milhões de euros por comparação com 2017; o aumento dos rendimentos próprios teve uma execução de 2 milhões acima do previsto.
- EMEL – Em 2018, no quadro da expansão da sua área de intervenção a todo o território do concelho de Lisboa, conforme Deliberação nº 236/AML/2016 de 19 de julho, a empresa obteve um aumento das vendas e prestações de serviços próximo dos 9,4% / 3,3 milhões de euros face ao ano anterior.
- GEBALIS – A contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, com um capital de cerca de 13,7 milhões de euros, para liquidar valores em dívida das contas correntes caucionadas permitiu a redução dos juros e gastos similares da empresa. Em 2018, por via da taxa de juro mais favorável contratada naquele empréstimo, bem como das amortizações entretanto efetuadas, o valor dos encargos financeiros reduziu-se para 0,4 milhões de euros.

A passagem para a GEBALIS das frações atribuídas ao abrigo do Programa Renda Convencionada e das frações locadas, resultou na empresa estar a gerir 232 contratos no final de 2018.

Em 2018 o Município celebrou um novo Contrato-Programa com a GEBALIS (349/CM/2018), no valor total de 27,5 milhões de euros, com vista à execução de intervenções de requalificação do património municipal. A reabilitação de frações habitacionais diversas (previstas na ação XI, do anexo ao CP), com 17,5 milhões de euros previstos (64%) e a ação “Casal dos Machados” (ação IV, do CP), com 3,0 milhões de euros (11%) representam juntas cerca de 75% dos investimentos a realizar ao abrigo deste Contrato-Programa.

- Lisboa Ocidental, SRU – A empresa não tem uma natureza comercial, tendo tido um resultado de exploração equilibrado e prosseguido a execução do contrato-programa firmado em 2015 bem como a finalização dos investimentos objeto do Contrato de Financiamento celebrado com o IHRU / BEI.

Deve referir-se que os investimentos ao abrigo do financiamento IHRU/BEI, no total de 16,1 milhões de euros, e que teve o prazo de utilização até 2015, viu concluída a última empreitada em janeiro de 2018 (reabilitação do antigo Teatro Luís de Camões), encerrando-se naquela data definitivamente este projeto.

### Cumprimento dos requisitos legais

Unid: milhares euros

Empresa	Código das Sociedades Comerciais		Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais		Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais <sup>(2)</sup>	
	Capital Próprio (CP) / Capital Social (CS)	Exigência CP / CS > 50% (Art. 35º CSC)	RAI - Result. antes de impostos	Art. 40º Equilíbrio de Contas? (RAI>0) <sup>(1)</sup>	Necessário Transferência de CML ou Reforço de Capital (Art. 40º RJAELPL)	Consolida Dívida com CML (Art 52º Lei n.º 73/2013) <sup>(3)</sup>
<b>CARRIS</b>	25%	Não Cumpre	8.425	Cumpre	Não	Não
<b>EGEAC</b>	1028%	Cumpre	83	Cumpre	Não	Não
<b>EMEL</b>	130%	Cumpre	691	Cumpre	Não	Não
<b>GEBALIS</b>	230%	Cumpre	61	Cumpre	Não	Não
<b>SRU Ocidental</b>	853%	Cumpre	3	Cumpre	Não	Não

<sup>(1)</sup> O equilíbrio de contas da empresa é dado por RAI ≥ 0, cf art 40º RJAELPL

<sup>(2)</sup> Valor da dívida total, cf art 52º RFALEI, é dado pelo passivo total resultante de operações orçamentais

<sup>(3)</sup> A dívida total da empresa não releva para a dívida municipal quando o RAI ≥ 0, cf art 54º RFALEI e art 41º RJAELPL

Todas as empresas cumprem os critérios de equilíbrio definidos no artigo nº 35 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) à exceção da Carris em que o capital próprio é inferior a 50% do capital social, sendo necessária a tomada das medidas que se entenderem adequadas no quadro das disposições do citado artigo.

Todas as empresas municipais cumprem os critérios de equilíbrio estipulados no artigo nº 40 da Lei nº 50/2012, pelo que não existe necessidade de transferência para cobertura de prejuízos ou impacto sobre o endividamento do Município conforme previsto no artigo nº 52 da Lei nº 73/2013.

Em 2018, as transferências e subsídios realizadas pelo Município de Lisboa para as empresas municipais totalizaram 34,1 milhões de euros, tendo a Carris e EGEAC absorvido 75,2% dos recursos dirigidos às empresas municipais.

## Transferências e subsídios às empresas municipais

Unid: milhares euros

EMPRESAS	Reforço de Cap. Próprios	Cobertura de Prejuízos	Subsídios Investimento	Subsídios de Exploração	Outros	Total	
CARRIS	-	-	-	18.000	-	18.000	52,8%
EGEAC	-	-	-	7.650	-	7.650	22,4%
EMEL	-	-	-	-	-	-	-
GEBALIS	-	-	-	5.145	-	5.145	15,1%
Lisboa Ocidental, SRU	-	-	-	3.197	111	3.308	9,7%
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>33.992</b>	<b>111</b>	<b>34.103</b>	<b>100%</b>

Nota: Em 2018 além dos valores apresentados no quadro acima, que correspondem aos pagamentos efetuados durante o exercício, foram registados 550 mil euros relativos a um complemento ao valor transferido para a EGEAC, 3,5 milhões de euros de valores não pagos no exercício à Lisboa Ocidental, SRU e 1,8 milhões de euros relativos ao apuramento do valor da COSP relativa a 2017, da Carris. Os dois últimos valores encontram-se registados em custos por contrapartida de acréscimos de custos.

Em 2018, foi efetuada uma transferência para a Carris no valor de 18 milhões de euros, decorrente da segunda alteração ao Contrato de Concessão de Serviço Público de transporte coletivo à superfície de passageiros, de acordo com as Proposta Nº 287/2017 e 423/22018, referente aos pagamentos por conta relativos às compensações para os anos de 2017 e 2018.

Em março de 2019 a empresa apresentou o cálculo final das compensações para 2017, tendo sido apurado um valor em falta para 2017 de 1,8 milhões de euros, valor registado em acréscimos de custos nas contas do Município de 2018. Ainda não foi apurado o valor final da compensação para 2018.

Foi feita uma transferência para a EGEAC no valor de ≈7,7 milhões de euros, decorrente do Contrato-programa aprovado pela Proposta 668/2017, com um valor global de 8,2 milhões de euros, com 0,6 milhões de euros refletidos nas contas municipais de 2018 como um valor em dívida.

Não ocorreram transferências ou subsídios municipais para a EMEL, durante o exercício de 2018.

As empresas municipais GEBALIS e Lisboa Ocidental, SRU reforçaram a execução dos contratos programa em que estão envolvidas, com destaque para os aprovados em 2015 já antes referidos, com o compaginado reforço das associadas transferências municipais.

No caso da Gebalis verificou-se a transferência de um adiantamento de 1,5 milhões de euros relativamente ao Contrato Programa 349/2018.

As transferências para a Lisboa Ocidental, SRU abarcam também a cobertura dos encargos financeiros do serviço da dívida do financiamento IHRU/BEI (16,1 milhões de euros) que captou cerca de 0,1 milhões de euros.

### 4 Factos relevantes ocorridos após termo do exercício

Não existem factos relevantes ocorridos após termo do exercício.

## Balanço Consolidado



**BALANÇO CONSOLIDADO**

ANO: 2018

(unidade: Euro)

Código das Contas POCAL		Consolidado do Município de Lisboa				Variação
		2018		2017		2018-2017
		Ativo Bruto	Amortizações e Provisões	Ativo Líquido	Ativo Líquido	Ativo Líquido
	<b>ATIVO</b>					
	Imobilizado					
	Bens de domínio público:					
451	Terrenos e recursos naturais	27.921.810,22		27.921.810,22	27.006.808,41	915.001,81
452	Edifícios	2.561.573,25	487.449,93	2.074.123,32	2.128.293,71	-54.170,39
453	Outras construções e infra-estruturas	727.532.544,68	307.640.587,22	419.891.957,46	420.557.159,74	-665.202,28
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	3.831.972,06	656.916,61	3.175.055,45	3.093.574,43	81.481,02
445	Imobilizações em curso	162.847.347,74		162.847.347,74	183.719.364,53	-20.872.016,79
446	Adiantamento por conta de bens de domínio público	666.407,49		666.407,49	667.101,91	-694,42
		925.361.655,44	308.784.953,76	616.576.701,68	637.172.302,73	-20.595.601,05
	Imobilizações incorpóreas:					
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.323.267,44	591.786,44	731.481,00	751.469,00	-19.988,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	51.163.981,09	48.234.205,21	2.929.775,88	6.509.156,42	-3.579.380,54
443	Imobilizações em curso	150.760,00		150.760,00	127.552,63	23.207,37
		52.638.008,53	48.825.991,65	3.812.016,88	7.388.178,05	-3.576.161,17
	Imobilizações corpóreas:					
421	Terrenos e recursos naturais	592.433.440,51		592.433.440,51	564.245.256,01	28.188.184,50
422	Edifícios e outras construções	1.347.771.506,90	336.790.148,16	1.010.981.358,74	965.165.909,77	45.815.448,97
423	Equipamento básico	399.106.048,24	332.091.238,33	67.014.809,91	64.538.610,27	2.476.199,64
424	Equipamento de transporte	24.400.370,05	17.948.507,17	6.451.862,88	7.310.872,28	-859.009,40
425	Ferramentas e utensílios	6.751.573,49	6.193.761,85	557.811,64	673.958,47	-116.146,83
426	Equipamento administrativo	53.075.486,21	47.667.301,03	5.408.185,18	4.696.702,49	711.482,69
427	Taras e vasilhame	16,96	16,96			
429	Outras imobilizações corpóreas	193.398.022,76	186.536.403,53	6.861.619,23	6.627.371,13	234.248,10
442	Imobilizações em curso	411.288.779,92		411.288.779,92	462.979.144,41	-51.690.364,49
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	5.311.678,09		5.311.678,09	8.885.070,04	-3.373.391,95
		3.033.536.923,13	927.227.377,03	2.106.309.546,10	2.084.922.894,87	21.386.651,23
	Investimentos financeiros:					
411	Partes de capital	41.705.113,42	209.233,84	41.495.879,58	37.527.753,05	3.968.126,53
412	Obrigações e títulos participação	10.564.606,05		10.564.606,05	8.451.571,67	2.113.034,38
414	Investimentos em imóveis	1.970.375,62	465.244,01	1.505.131,61	4.084.982,56	-2.579.850,95
415	Outras aplicações financeiras	840.297,89		840.297,89	785.633,59	54.664,30
441	Imobilizações em curso	-		-	0,00	0,00
		55.080.392,98	674.477,85	54.405.915,13	50.849.940,87	3.555.974,26
	Circulante:					
	Existências:					
36 e 386	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	5.780.266,38	64.269,17	5.715.997,21	6.119.722,40	-403.725,19
35	Produtos e trabalhos em curso	13.868,61		13.868,61	29.356,62	-15.488,01
32 e 382	Mercadorias	216.619,46	0,00	216.619,46	198.984,80	17.634,66
		6.010.754,45	64.269,17	5.946.485,28	6.348.063,82	-401.578,54
	Dívidas de terceiros - médio e longo prazo:					
268	Outros Devedores	29.608.724,23		29.608.724,23	34.771.846,02	-5.163.121,79
		29.608.724,23	0,00	29.608.724,23	34.771.846,02	-5.163.121,79
	Dívidas de terceiros - curto prazo:					
211	Clientes, c/c	10.001.753,52	905.886,70	9.095.866,82	10.979.367,02	-1.883.500,20
212	Contribuintes, c/c e Taxas	578.832,94		578.832,94	10.391.554,81	-9.812.721,87
213	Utentes, c/c	1.973.695,88		1.973.695,88	1.113.000,00	860.695,88
217	Clientes e utentes com cauções					
218	Clientes, contrib., utentes e outros dev. de cob. duvidosa	62.913.494,03	61.920.373,24	993.120,79	1.041.887,23	-48.766,44
251	Devedores pela execução do orçamento					
229	Adiantamentos a fornecedores	31.838,88		31.838,88	51.015,65	-19.176,77
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	1.718.690,72		1.718.690,72	1.712.434,32	6.256,40
24	Estado e outros entes públicos	13.185.102,76		13.185.102,76	7.848.385,09	5.336.717,67
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00		0,00
262+263+267+268	Outros devedores	93.058.770,70	39.333.515,94	53.725.254,76	117.674.904,85	-63.949.650,09
		183.462.179,43	102.159.775,88	81.302.403,55	150.812.548,97	-69.510.145,42
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:					
12	Depósitos em instituições financeiras	229.954.703,11		229.954.703,11	272.077.698,32	-42.122.995,21
11	Caixa	744.030,16		744.030,16	3.933.066,41	-3.189.036,25
		230.698.733,27		230.698.733,27	276.010.764,73	-45.312.031,46
	Acréscimos e diferimentos:					
271	Acréscimos de proveitos	162.574.333,79		162.574.333,79	166.683.157,92	-4.108.824,13
272	Custos diferidos	18.208.991,24		18.208.991,24	19.084.127,92	-875.136,68
	Ativos por impostos diferidos	323.269,73		323.269,73	335.618,10	-12.348,37
		181.106.594,76		181.106.594,76	186.102.903,94	-4.996.309,18
	Total de amortizações		1.284.838.322,44			
	Total de provisões		102.898.522,90			
	<b>Total do ativo</b>	<b>4.697.503.966,22</b>		<b>3.309.767.120,88</b>	<b>3.434.379.444,00</b>	<b>-124.612.323,12</b>

# BALANÇO CONSOLIDADO

ANO: 2018  
(unidade: Euro)

Código das Contas POCAL		Consolidado do Município de Lisboa		Varição
		2018	2017	2018-2017
	<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>			
	<b>Fundos próprios:</b>			
51	Património	2.077.571.636,70	2.077.571.636,70	
55	Ajustamentos partes capital em empresas	-8.047.748,84	-11.601.233,07	3.553.484,23
56	Reservas de reavaliação	84.859.718,55	65.415.936,40	19.443.782,15
	Reservas:			
571	Reservas legais	86.031.487,64	81.794.272,96	4.237.214,68
573	Reservas contratuais	832.720,15	789.536,81	43.183,34
575	Subsídios			
576	Doações	5.629.271,84	4.109.169,69	1.520.102,15
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	173.170.023,96	151.588.379,13	21.581.644,83
59	Resultados transitados	-230.423.712,09	-267.507.077,16	37.083.365,07
88	Resultado líquido do exercício	71.293.039,73	91.396.661,41	-20.103.621,68
	<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>2.260.916.437,64</b>	<b>2.193.557.282,87</b>	<b>67.359.154,77</b>
	<b>Passivo:</b>			
292	Provisões para riscos e encargos	214.980.139,32	326.444.617,77	-111.464.478,45
		214.980.139,32	326.444.617,77	-111.464.478,45
	Dívidas a terceiros - médio longo prazo:			
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	241.467.111,36	262.559.262,14	-21.092.150,78
262+263+267+268	Outros credores	89.985.279,52	116.949.268,94	-26.963.989,42
		331.452.390,88	379.508.531,08	-48.056.140,20
	Dívidas a terceiros - curto prazo:			
2312	Empréstimos de médio e longo prazo (parte corrente)	39.228.499,81	40.561.482,96	-1.332.983,15
2311	Empréstimos de curto prazo	1.505,29		1.505,29
221	Fornecedores, c/c	12.886.966,12	12.866.583,38	20.382,74
228	Fornecedores, facturas recepção e conferência	3.238.636,07	5.406.611,12	-2.167.975,05
219	Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	30.032.051,74	5.049.560,97	24.982.490,77
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	38.158.702,26	3.386.996,78	34.771.705,48
24	Estado e outros entes públicos	5.732.313,76	8.171.882,83	-2.439.569,07
262+263+267+268	Outros credores	66.486.969,08	147.568.223,68	-81.081.254,60
		195.765.644,13	223.011.341,72	-27.245.697,59
	Acréscimos e diferimentos:			
273	Acréscimos de custos	51.543.488,13	56.399.279,98	-4.855.791,85
274	Proveitos diferidos	243.390.297,33	244.278.352,77	-888.055,44
	Passivos por impostos diferidos	11.718.723,45	11.180.037,81	538.685,64
		306.652.508,91	311.857.670,56	-5.205.161,65
	<b>Total do passivo</b>	<b>1.048.850.683,24</b>	<b>1.240.822.161,13</b>	<b>-191.971.477,89</b>
	<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>3.309.767.120,88</b>	<b>3.434.379.444,00</b>	<b>-124.612.323,12</b>

## **Demonstração de Resultados Consolidada**

# DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADO

ANO: 2018  
(unidade: Euro)

Código das		Consolidado do Município de Lisboa		Varição
		2018	2017	2018-2017
<b>CUSTOS E PERDAS</b>				
61	Custo mercadorias vendidas e das matérias consumidas	29.267.105,65	26.183.816,78	3.083.288,87
62	Fornecimentos e serviços externos	204.417.844,06	198.612.441,76	5.805.402,30
Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	253.398.390,01	237.022.524,10	16.375.865,91
643 a 648	Encargos sociais	74.612.963,27	70.030.350,34	4.582.612,93
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	106.900.226,02	92.627.339,70	14.272.886,32
66	Amortizações do exercício	79.711.541,78	72.961.520,66	6.750.021,12
67	Provisões do exercício	51.929.289,17	85.179.508,12	-33.250.218,95
65	Outros custos e perdas operacionais	5.535.643,31	4.855.379,55	680.263,76
	(A)	805.773.003,27	787.472.881,01	18.300.122,26
68	Custos e perdas financeiros	35.021.983,20	8.347.192,06	26.674.791,14
	(C)	840.794.986,47	795.820.073,07	44.974.913,40
69	Custos e perdas extraordinários	216.901.571,45	111.879.386,58	105.022.184,87
	(E)	1.057.696.557,92	907.699.459,65	149.997.098,27
<b>88</b>	<b>Resultado antes impostos</b>	<b>72.015.596,14</b>	<b>93.146.271,30</b>	<b>-21.130.675,16</b>
	<b>Imposto sobre o rendimento do exercício</b>	<b>1.079.760,05</b>	1.613.041,21	<b>-533.281,16</b>
	<b>Imposto diferido</b>	-357.203,64	136.568,68	-493.772,32
	<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>71.293.039,73</b>	<b>91.396.661,41</b>	<b>-20.103.621,68</b>
		1.129.712.154,06	1.000.845.730,95	128.866.423,11
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>				
Vendas e prestações de serviços				
7111	Vendas de mercadorias	605.546,39	545.962,99	59.583,40
7112 - 7119	Vendas de produtos	4.925.798,84	5.332.208,16	-406.409,32
712+713-718	Prestação de serviços	309.293.469,75	285.282.030,83	24.011.438,92
72	Impostos e taxas	513.050.671,27	542.622.595,87	-29.571.924,60
(a)	Varição da produção	-15.488,01	8.771	-24.259,37
75	Trabalhos para a própria entidade	662.942,38	477.180	185.762,06
73	Proveitos suplementares	13.092.933,82	19.243.130,79	-6.150.196,97
74	Transferências e subsídios obtidos	47.024.243,48	38.006.686,70	9.017.556,78
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	8.964.198,11	6.987.720,90	1.976.477,21
	(B)	897.604.316,03	898.506.287,92	-901.971,89
78	Proveitos e ganhos financeiros	4.149.055,38	5.008.117,76	-859.062,38
	(D)	901.753.371,41	903.514.405,68	-1.761.034,27
79	Proveitos e ganhos extraordinários	227.958.782,65	97.331.325,27	130.627.457,38
	(F)	1.129.712.154,06	1.000.845.730,95	128.866.423,11

Resumo:	2018	2017	Diferença
Resultados Operacionais: (B)-(A)=	91.831.312,76	111.033.406,91	-19.202.094,15
Resultados Financeiros: (D)-(C)=	-30.872.927,82	-3.339.074,30	-27.533.853,52
Resultados Correntes: (D)-(C)=	60.958.384,94	107.694.332,61	-46.735.947,67
Resultado antes impostos (F)-(E)=	72.015.596,14	93.146.271,30	-21.130.675,16
Resultado Líquido do Exercício:	71.293.039,73	91.396.661,41	-20.103.621,68

## **Fluxos de Caixa Consolidados**

## Fluxos de Caixa Consolidados

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANO: 2018

(unidade: Euro)

	CML	Carris	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU	Total	Eliminação	Consolidado
Saldo da gerência anterior	221.921.800,30	15.738.302,86	4.092.648,80	16.728.615,15	6.383.096,37	4.098.030,81	268.962.494,29		268.962.494,29
Recebimentos	934.792.053,84	205.601.004,53	29.280.695,04	50.590.645,93	21.838.945,30	6.968.706,90	1.249.072.051,54	-46.058.742,13	1.203.013.309,41
Pagamentos	996.650.336,06	182.815.974,82	30.344.706,90	55.115.824,23	18.111.488,30	9.346.161,20	1.292.384.491,51	-46.400.419,27	1.245.984.072,24
Saldo para gerência seguinte	160.063.518,08	38.523.332,57	3.028.636,94	12.203.436,85	10.110.553,37	1.720.576,51	225.650.054,32	341.677,14	225.991.731,46
Fluxo líquido do ano	-61.858.282,22	22.785.029,71	-1.064.011,86	-4.525.178,30	3.727.457,00	-2.377.454,30	-43.312.439,97	341.677,14	-42.970.762,83

**Notas ao Balanço e à  
Demonstração de Resultados Consolidados**

## NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

### Nota Introdutória

O Município de Lisboa apresenta demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2018.

A Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais prevê no n.º 1 do artigo 75.º que “sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”, a submeter à apreciação do órgão deliberativo.

Nos termos do n.º 7 do artigo acima mencionado, os documentos de prestação de contas consolidadas, constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras: balanço consolidado; demonstração consolidada dos resultados por natureza; mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais; anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e ainda o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo e o mapa da dívida bruta consolidada e desagregado por maturidade e natureza.

Considerando que a consolidação de contas deve permitir proceder à comparação da informação numa perspetiva intertemporal, bem como com outros setores e com outras jurisdições, foi publicada a Portaria nº 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação nº 1/2010 “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, obrigatoriamente aplicável ao Município de Lisboa, por força do seu artigo 3.º. De acordo com a mesma Portaria e as instruções do SATAPOCAL, sem prejuízo dos princípios contabilísticos legalmente estabelecidos no POCAL e planos setoriais, a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas das administrações públicas que compõem o setor público administrativo devem pautar-se, em especial, pelo conjunto de princípios aplicados pela entidade-mãe, o qual deve assegurar, designadamente, a relevância e materialidade, a fiabilidade, a neutralidade, a plenitude, a comparabilidade espacial e temporal e a representação fidedigna da informação nelas contidas.

Desta forma, o Município de Lisboa, atendendo ao seu perímetro de consolidação e seguindo o estabelecido no ponto 4.5.5.1 das instruções do SATAPOCAL para a consolidação de contas, adota o seguinte método de consolidação:

- **Método de consolidação integral** que consiste na integração no balanço e na demonstração de resultados e no mapa de execução orçamental da entidade consolidante dos elementos



respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas.

Salienta-se que em 2017 a Carris é incorporada no universo municipal, por força da aplicação do decreto-lei nº 86-D/2016, de 30 de setembro.

A inclusão da Carris nas contas consolidadas é efetuada pelo valor consolidado da mesma com a sua participada participadas Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda. e Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transporte, S.A.). A informação dos valores consolidados do denominado *Grupo Carris*, foi prestada pela empresa e integrada nas contas consolidadas do Município de Lisboa.

## 1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

### Caracterização da Entidade

<b>Identificação da Entidade: Município de Lisboa</b>	
<b>Endereço Postal</b>	Praça do Município - Paços do concelho, 1100-365 Lisboa
<b>NIF</b>	500051070 - atividades 84113; 85100; 85201; 58110
<b>Composição do Órgão Executivo</b>	
<b>Presidente</b>	Fernando Medina
<b>Vice - Presidente</b>	Duarte Cordeiro
<b>Vereadora</b>	Paula Marques
<b>Vereador</b>	Manuel Salgado
<b>Vereador</b>	João Paulo Saraiva
<b>Vereador</b>	Manuel Grilo
<b>Vereadora</b>	Catarina Vaz Pinto
<b>Vereador</b>	Jose Sá Fernandes
<b>Vereador</b>	Miguel Gaspar
<b>Legislação</b>	
<b>Regime Financeiro</b>	Lei 73/2013, de 03 de Setembro e respetivas alterações; Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL) e respetivas alterações; Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro.
<b>Regime Jurídico</b>	Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, alterada pela Lei 67/2007 de 31 dezembro, alterada pela Lei orgânica nº 1/2011 de 30 de novembro e alterada pela lei 75/2013 de 12 Setembro.

<b>Caracterização da Gestão das Entidades Consolidadas</b>	
<b>Identificação da Entidade:</b>	CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA
<b>NIF</b>	500 595 313
<b>Objeto</b>	Exploração, em regime de concessão, do serviço público de transporte coletivo de passageiros à superfície de âmbito municipal, que se desenvolve maioritariamente na cidade de Lisboa.
<b>Composição do Conselho de Administração</b>	
<b>Presidente</b>	Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias
<b>Vice-Presidente</b>	José Realinho de Matos
<b>Vice-Presidente</b>	António Manuel Domingues Pires
<b>Vogal</b>	Helena Maria pereira Caria
<b>Sistema Aplicável de Contabilidade</b>	
SNC - Sistema de Normalização Contabilística	
<b>Caracterização da Gestão das Entidades Consolidadas</b>	
<b>Identificação da Entidade:</b>	EGEAC - Empresa de Getsão de Equipamentos e Animação Cultural, EM, SA
<b>NIF</b>	503 584 215
<b>Objeto</b>	Assegurar a universalidade, a continuidade dos serviços prestados e a coesão económica e social na área da cultura, através da gestão de equipamentos culturais e de atividades de promoção de projetos e iniciativas no domínio da cultura. Realização de ações e eventos de animação cultural, abrangendo a organização de festivais e espetáculos, teatros de rua e outros atos de natureza similar bem como a produção e organização das festas de Lisboa.
<b>Composição do Conselho de Administração</b>	
<b>Presidente</b>	Joana Gomes Cardoso
<b>Vogal (até 24.05.2018)</b>	Lucinda Maria Correia Lopes
<b>Vogal (desde 14.06.2018)</b>	Sofia de Bethencourt e Meneses
<b>Sistema Aplicável de Contabilidade</b>	
SNC - Sistema de Normalização Contabilística	
<b>Caracterização da Gestão das Entidades Consolidadas</b>	
<b>Identificação da Entidade:</b>	EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, EM, SA
<b>NIF</b>	503 311 332
<b>Objeto</b>	A prestação de serviços de interesse geral no âmbito do desenvolvimento, gestão e exploração de soluções de mobilidade urbana, as quais incluem a construção, promoção e gestão de infraestruturas de estacionamento público urbano, a fiscalização do estacionamento público urbano e serviços associados, como o controlo do acesso aos bairros históricos e a vigilância de túneis, a construção e operação de infraestruturas de apoio à mobilidade pedonal, sistemas de mobilidade elétrica e produtos partilhados de mobilidade. A prestação de serviços de interesse geral no âmbito do transporte público urbano de passageiros, visando soluções integradas de mobilidade urbana.
<b>Composição do Conselho de Administração</b>	
<b>Presidente</b>	Luís Filipe Natal Marques
<b>Vogal</b>	Jorge Alves Oliveira
<b>Vogal</b>	Francisca Ramalhosa
<b>Sistema Aplicável de Contabilidade</b>	
SNC - Sistema de Normalização Contabilística	

Caracterização da Gestão das Entidades Consolidadas	
<b>Identificação da Entidade:</b>	GEBALIS - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, EM, SA
<b>NIF</b>	503 541 567
<b>Objeto</b>	Promoção e gestão de imóveis de habitação social, bem como a gestão de outro património edificado habitacional que o Município decida afetar ao arrendamento nos termos e condições a definir pela Câmara Municipal de Lisboa.
Composição do Conselho de Administração	
<b>Presidente</b>	Pedro Pinto de Jesus
<b>Vogal</b>	Maria Helena Martinho Lopes Correia
<b>Vogal</b>	Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício
Sistema Aplicável de Contabilidade	
SNC - Sistema de Normalização Contabilística	

Caracterização da Gestão das Entidades Consolidadas	
<b>Identificação da Entidade:</b>	Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, SA
<b>NIF</b>	507 023 129
<b>Objeto</b>	Promover operações de reabilitação urbana, através da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana e renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado.
Composição do Conselho de Administração	
<b>Presidente</b>	Manuel Salgado
<b>Vogal</b>	João Paulo Saraiva
<b>Vogal</b>	Inês Ucha
Sistema Aplicável de Contabilidade	
SNC - Sistema de Normalização Contabilística	

a) *Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:*

Empresa	Posição acionista do Município	Código das Sociedades Comerciais		Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais			Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais <sup>(2)</sup>
		Capital Próprio (CP) / Capital Social (CS)	Exigência CP / CS > 50% (art. 35º CSC)	RAI - Result. antes de impostos	Equilíbrio de Contas art. 40º <sup>(1)</sup>	Necessário Transferência CML ou Reforço de Capital (art. 40º RJAEPL)	Consolida Dívida com CML (art 52º RFAL) <sup>(3)</sup>
CARRIS	100%	25%	Não Cumpre	8.425.048	Cumpre	Não	Não
EGEAC	100%	1028%	Cumpre	83.135	Cumpre	Não	Não
EMEL	100%	130%	Cumpre	690.885	Cumpre	Não	Não
GEBALIS	100%	230%	Cumpre	60.865	Cumpre	Não	Não
SRU Ocidental	100%	853%	Cumpre	3.080	Cumpre	Não	Não

Empresa	Sede	Objeto Social	Número de Trabalhadores
CML	Praça do Município - Lisboa	Administração Local	8.121
CARRIS	Rua 1º de Maio, N.º 103, 1300-472 Lisboa	Exploração, em regime de concessão, do serviço público de transporte coletivo de passageiros à superfície de âmbito municipal, que se desenvolve maioritariamente na cidade de Lisboa	2.321
EGEAC	Avenida da Liberdade, 192 - Lisboa	Assegurar a universalidade, a continuidade dos serviços prestados e a coesão económica e social na área da cultura, através da gestão de equipamentos culturais e de atividades de promoção de projetos e iniciativas no domínio da cultura.	376
EMEL	Alameda das linhas de torres, 198/200 - Lisboa	Prestação de serviços de interesse geral no âmbito do desenvolvimento, gestão e exploração de soluções de mobilidade urbana	608
GEBALIS	Rua Costa Malheiro, lote B12 - Lisboa	Promoção e gestão de imóveis de habitação social, bem como a gestão de outro património edificado habitacional que o Município decida afetar ao arrendamento	203
SRU Ocidental	Rua da Correnteza, números 9-15 - Lisboa	Promover operações de reabilitação urbana, nomeadamente através da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana e renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado	26

## 2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

- a) Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas dêem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;
- b) Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados;
- c) Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.

a) e b) :

As empresas Municipais adotam o SNC – Sistema de Normalização Contabilística, deste modo, na sua aplicação, foram registadas as seguintes operações que o Município de Lisboa nem sempre pode harmonizar de forma valorativa, pese embora, ter sido possível garantir a referência à mesma data:

	EMPRESA					CORRIGIDO
	CARRIS	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU	S/N
Amortização/Depreciação ao abrigo do SNC ou Decreto Regulamentar	x	x	x	x	x	N
Valorização das propriedades de investimento por forma de custeio diferentes do custo de aquisição			x			N
Calculo de provisões ou ajustamentos ao abrigo do SNC	x	x	x	x	x	N
Calculo do imposto diferido	x	x	x	x	x	N
Alocação de Proveitos diferidos e capitais próprios	x	x	x		x	S

## 3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

- a) Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;

Os principais movimentos extra contabilísticos foram os seguintes (o sinal (+) representa correções a débito e o sinal (-) correções a crédito):

(unidade: milhões de euros)

	Município de Lisboa	Empresas Municipais
Eliminação de Investimentos Financeiros	0,7	434,6
	-112,4	-325,4
Eliminação de saldos	21,9	28,0
	-17,2	-20,4
Eliminação de transações	0,5	28,3
	-39,2	-0,5

- b) Discriminação da rubrica «diferenças de consolidação», com indicação dos métodos de cálculo adoptados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;

O valor apurado de diferenças de consolidação foi de 1,1 milhões de euros, devido essencialmente a diferenças de avaliação existentes nos registos das operações entre as empresas do perímetro, existindo operações ocorridas no final do mês de Dezembro.

Estas diferenças de consolidação encontram-se reconhecidas nos Fundos Próprios.

- g) Indicação dos montantes dos ajustamentos excepcionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;*

Tendo em conta que não é possível identificar a origem e o impacto nas contas consolidadas dos impostos diferidos das empresas municipais, não se procedeu à eliminação dos mesmos;

- i) Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial.*

As Empresas Municipais são todas de natureza empresarial e encontram-se mensuradas ao custo de aquisição.

#### 4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos:

- a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo, de acordo com o seguinte mapa:*

(unidade: Euro)

Empresa	Posição acionista do Município	Equilíbrio de Contas art. 40º RJAELPL <sup>(1)</sup>	Dívida Total art. 52º RFALEI <sup>(2)</sup>	Contribuição para Dívida CML art. 54º RFALEI <sup>(3)</sup>
<b>CARRIS</b>	100%	Cumpre	76.637.744	Não
<b>EGEAC</b>	100%	Cumpre	9.723.387	Não
<b>EMEL</b>	100%	Cumpre	28.973.938	Não
<b>GEBALIS</b>	100%	Cumpre	19.545.020	Não
<b>SRU Ocidental</b>	100%	Cumpre	20.458.861	Não

Notas:

<sup>(1)</sup> O equilíbrio de contas da empresa é dado por RAI  $\geq$  0, cf art 40º RJAELPL

<sup>(2)</sup> Valor da dívida total, cf art 52º RFALEI, é dado pelo passivo total resultante de operações orçamentais

<sup>(3)</sup> A dívida total da empresa não releva para a dívida municipal quando o RAI  $\geq$  0, cf art 54º RFALEI e art 41º RJAELPL

- b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desgregado por entidade e por rubrica patrimonial:*

(unidade: Euro)

Rúbrica / Entidade	2019	2020	2021	2022	2023 e seguintes	Total
<b>Dívidas a Terceiros - MLP</b>						
Outros credores		19.601.759,20	19.601.759,20	19.632.297,16	31.149.463,96	89.985.279,52
<b>Total Dívidas a Terceiros - MLP</b>	-	<b>19.601.759,20</b>	<b>19.601.759,20</b>	<b>19.632.297,16</b>	<b>31.149.463,96</b>	<b>89.985.279,52</b>
<b>Dívidas a Terceiros - CP</b>						
Fornecedores, c/c	12.886.966,12					12.886.966,12
Fornecedores, facturas recepção e conferência	3.238.636,07					3.238.636,07
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	30.032.051,74					30.032.051,74
Fornecedores de imobilizado, c/c	38.158.702,26					38.158.702,26
Estado e outros entes públicos	5.732.313,76					5.732.313,76
Outros credores	66.486.969,08					66.486.969,08
<b>Total Dívidas a Terceiros - CP</b>						<b>156.535.639,03</b>
<b>Total Geral</b>	<b>156.535.639,03</b>	<b>19.601.759,20</b>	<b>19.601.759,20</b>	<b>19.632.297,16</b>	<b>31.149.463,96</b>	<b>246.520.918,55</b>

## 5 Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Ver em anexo o quadro de Fluxos de Caixa Consolidados.

## 6 Informações relativas a compromissos:

- a) *Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adoptem o POCAL, a discriminação, por agrupamento, económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros;*

A totalidade dos compromissos assumidos e não pagos que relevam para a apreciação da posição financeira do Grupo, encontram-se apresentados no Balanço Consolidado, para a totalidade das entidades que integram o perímetro do Grupo Municipal.

No decurso normal da sua atividade existem ainda diversos litígios e contingências (de risco possível) de natureza administrativa e tributária envolvendo o Município de Lisboa, não sendo o risco de perda destas ações provável nem que o desfecho das mesmas venha a afetar de forma material a posição financeira do Município.

- b) *Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante;*

(unidade: Euro)

	MUNICIPIO LISBOA	Carris	EMEL	TOTAL
RESPONSABILIDADES	5.745.148,44	25.688,38	2.546.750,00	8.317.586,82

## 7 Informações relativas a políticas contabilísticas:

- a) *Crítérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;*

Rubricas	Município de Lisboa	CARRIS	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU
Imobilizado	Todo o ativo imobilizado após o ano de 2000, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção. As taxas anuais de amortização dos bens de imobilizado corpóreo são as definidas no CIBE - Cadastro do Inventário dos Bens do Estado.	Os ativos fixos tangíveis e os intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.	Os ativos fixos tangíveis e os intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.	Os ativos fixos tangíveis, os intangíveis e as propriedades de investimento encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.	Os ativos fixos tangíveis e intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.	Os ativos fixos tangíveis e os intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.
Existências	Apenas foram consideradas as existências dos armazéns do DRMM - Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica e DAOSM - Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município em sistema de inventário intermitente. Quanto aos DO - Departamento de Operações e DA - Departamento de Aprovisionamentos os valores referem-se aos apurados através do módulo informático de compras.	As existências são valorizadas ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de compra e eventuais despesas incorridas para os colocar em condições de poderem ser utilizados pela empresa. O método de custeio adotado pela empresa consiste no custo médio com exceção das mercadorias comercializadas no museu (Método FIFO).	As existências são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do respectivo valor de mercado.			
Dívidas de terceiros	As dívidas de terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. São calculadas provisões para cobranças duvidosas, de acordo com os critérios do POCAL.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.

### Investimentos financeiros

Na entidade-mãe, os investimentos financeiros (partes de capital) foram valorizados ao custo de aquisição. No final de cada período, procedeu-se aos ajustamentos nos investimentos financeiros através da constituição de uma provisão pelo montante das diferenças entre o custo de aquisição dos títulos e outras aplicações financeiras e o respetivo valor da percentagem detida dos capitais próprios.

### Provisões para Riscos e Encargos

O Grupo regista nesta rubrica provisões para fazer face a riscos e encargos de natureza provável mas que não correspondam a uma estimativa de um passivo certo, sendo estes últimos registados nas respetivas rubricas de balanço.

As provisões para riscos e encargos são constituídas para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável. As provisões são subsequentemente reduzidas na medida em que se reduzem ou cessam os riscos previstos.

Estas provisões incluem o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos Tribunais não tenha ainda ocorrido e os montantes associados a acordos extrajudiciais promovidos pelo Município.

## Remunerações a Liquidar

A rubrica de acréscimos e diferimentos do Passivo compreende a estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias calculada de acordo com as regras e responsabilidades legais consagradas na Lei do Orçamento do Estado para 2018.

## Especialização de Exercícios

O Grupo regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual os proveitos e os custos são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custo gerados são registadas na rubrica Acréscimos e Diferimentos.

## 8 Informações relativas a determinadas rubricas:

a) *Comentário das rubricas “despesas de instalação” e “despesas de investigação e de desenvolvimento”;*

Este ativo é constituído pelo custo de aquisição de licenças de software, estando a ser depreciados.

b) *Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões;*

### ATIVO BRUTO CONSOLIDADO

ANO: 2018  
(unidade: Euro)

Código das Contas POCAL	Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Abates	Transferências	Doações e transf. de / para outras entidades	Saldo Final
<b>De bens de domínio público:</b>									
451	Terrenos e recursos naturais	27.006.808,41		14.273,08			900.728,73		27.921.810,22
452	Edifícios	2.561.573,25							2.561.573,25
453	Outras construções e infra-estruturas	660.943.674,07		6.026,46			66.582.844,15		727.532.544,68
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	3.667.382,54					164.589,52		3.831.972,06
445	Imobilizações em curso	183.719.364,53		22.115.705,65		18.586.169,70	-24.401.552,74		162.847.347,74
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	667.101,91				694,24	-0,18		666.407,49
		878.565.904,71		22.136.005,19		18.586.863,94	43.246.609,48		925.361.655,44
<b>De imobilizações incorpóreas:</b>									
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.323.267,44							1.323.267,44
433	Propriedade industrial e outros direitos	50.829.670,53		1.742.585,73		1.685.943,03	277.667,86		51.163.981,09
443	Imobilizações em curso	127.552,63		528.744,36			-505.536,99		150.760,00
		52.280.490,60		2.271.330,09		1.685.943,03	-227.869,13		52.638.008,53
<b>De imobilizações corpóreas:</b>									
421	Terrenos e recursos naturais	564.245.256,01		36.351.333,63	2.791.784,39	4.552.591,09	-818.773,65		592.433.440,51
422	Edifícios e outras construções	1.273.464.727,06		18.452.635,73	6.324.645,92	3.291.099,10	65.469.889,13		1.347.771.506,90
423	Equipamento básico	378.113.901,71		19.099.666,89		16.540,16	1.909.016,80		399.106.048,24
424	Equipamento de transporte	22.677.778,02		1.658.306,11	38.813,92		103.099,84		24.400.370,05
425	Ferramentas e utensílios	6.672.465,90		79.507,12		399,53			6.751.573,49
426	Equipamento administrativo	50.912.344,53		2.030.203,40		190.450,74	323.389,02		53.075.486,21
427	Taras e vestígame	15,96							15,96
429	Outras imobilizações corpóreas	192.379.576,96		1.335.430,37		332.785,18	15.800,61		193.988.022,76
442	Imobilizações em curso	462.979.144,41		67.854.463,58		17.282.986,13	-102.261.841,94		411.288.779,92
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	8.685.070,04		2.120.777,10		367.731,17	-5.126.437,88		5.311.678,09
		2.960.130.281,60		148.982.326,93	9.155.244,23	26.034.583,10	-40.385.858,07		3.033.536.923,13
<b>De investimentos financeiros:</b>									
411	Partes de capital	37.920.460,00		3.972.158,42	187.505,00				41.705.113,42
412	Obrigações e títulos de participação	8.451.571,67		2.113.034,38					10.564.606,05
41421+41422	Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções	4.603.257,90					-2.632.882,28		1.970.375,62
4152	Outras aplicações financeiras - Títulos de dívida pública	10.030,83							10.030,83
4153	Outras aplicações financeiras - Outros títulos	775.602,76		54.664,30					830.267,06
441	Imobilizações em curso	0,00							0,00
		51.760.923,16		6.139.857,10	187.505,00		-2.632.882,28		55.080.392,98
<b>Total</b>		<b>3.942.737.600,07</b>		<b>179.529.519,31</b>	<b>9.342.749,23</b>	<b>46.307.390,07</b>	<b>0,00</b>		<b>4.066.616.980,08</b>



**AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES CONSOLIDADO**

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANO: 2018  
(unidade: Euro)

Código das Contas POCAL	Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>De bens de domínio público:</b>					
451	Terrenos e recursos naturais				
452	Edifícios	433.279,54	54.170,39		487.449,93
453	Outras construções e infra-estruturas	240.386.514,33	38.609.036,45	28.645.036,44	307.640.587,22
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	573.808,11	62.191,92	20.916,58	656.916,61
459	Outros bens de domínio público				
		<b>241.393.601,98</b>	<b>38.725.398,76</b>	<b>28.665.953,02</b>	<b>308.784.953,76</b>
<b>De imobilizações incorpóreas:</b>					
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	571.798,44	19.988,00		591.786,44
433	Propriedade industrial e outros direitos	44.320.514,11	2.622.422,79	1.291.268,31	48.234.205,21
		<b>44.892.312,55</b>	<b>2.642.410,79</b>	<b>1.291.268,31</b>	<b>48.825.991,65</b>
<b>De imobilizações corpóreas:</b>					
421	Terrenos e recursos naturais				
422	Edifícios e outras construções	308.298.817,29	23.205.627,19	5.285.703,68	336.790.148,16
423	Equipamento básico	313.575.291,44	10.625.995,32	7.889.951,57	332.091.238,33
424	Equipamento de transporte	15.366.905,74	1.081.704,76	1.499.896,67	17.948.507,17
425	Ferramentas e utensílios	5.998.507,43	195.262,74	-8,32	6.193.761,85
426	Equipamento administrativo	46.215.642,04	1.624.495,84	-172.836,85	47.667.301,03
427	Taras e vasilhame	16,96			16,96
429	Outras imobilizações corpóreas	185.752.205,83	1.197.645,88	-413.448,18	186.536.403,53
		<b>875.207.386,73</b>	<b>37.930.731,73</b>	<b>14.089.258,57</b>	<b>927.227.377,03</b>
<b>De investimentos financeiros:</b>					
411	Partes de capital	392.706,95	4.026,89	-187.500,00	209.233,84
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Terrenos e recursos naturais	518.275,34	51.010,38	-104.041,71	465.244,01
41421+41422	Edifícios e outras construções				
4151	Depósitos em instituições financeiras				
4152	Títulos de dívida pública				
4153	Outros títulos				
		<b>910.982,29</b>	<b>55.037,27</b>	<b>-291.541,71</b>	<b>674.477,85</b>
<b>Total...</b>		<b>1.162.404.283,55</b>	<b>79.353.578,55</b>	<b>43.754.938,19</b>	<b>1.285.512.800,29</b>

*l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;*

As empresas municipais, são sujeitos passivos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). A taxa de imposto sobre os lucros é de 21% e a taxa de derrama é de 1,5% sobre o lucro tributável.

O Município de Lisboa está isento de IRC.

*m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;*

(unidade: Euro)

Rubricas	Carris	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU
Remunerações dos órgãos sociais	253.418,70	110.276,12	99.013,68	118.169,35	79.821,91
Responsabilidades relativas a pensões de antigos membros do conselho de administração	-	-	-	-	-

q) *Demonstração consolidada dos resultados financeiros;*

(unidade: Euro)

Código das Contas Pocal	CUSTOS E PERDAS	Município de Lisboa	CARRIS	EGEAC	EMEL	Gebalis	Lx Ocidental SRU	Ajustamentos	Consolidado 2018	Consolidado 2017	Varição
681	Juros suportados	33.927.664,54		4.886,45	68.696,58	341.996,63	110.997,13		34.454.241,33	7.972.449,30	26.481.792,03
682	Perdas em entidades participadas								0,00	0,00	0,00
684	Provisões p/ aplicações financeiras	323.156,70						323.156,70	0,00	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis								0,00	46,68	-46,68
687	Perdas alienação aplic. Tesouraria								0,00	105.984,83	-105.984,83
688	Outros custos e perdas financeiros	319.434,53	233.928,24			13.660,67	718,43		567.741,87	268.711,25	299.030,62
	<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-30.633.714,45</b>	<b>-162.700,62</b>	<b>-2.669,78</b>	<b>-48.120,62</b>	<b>-355.657,30</b>	<b>6.778,25</b>	<b>-323.156,70</b>	<b>-30.872.927,82</b>	<b>-3.339.074,30</b>	<b>-27.639.838,35</b>
		<b>3.936.541,32</b>	<b>71.227,62</b>	<b>2.216,67</b>	<b>20.575,96</b>	<b>0,00</b>	<b>118.493,81</b>	<b>0,00</b>	<b>4.149.055,38</b>	<b>5.008.117,76</b>	<b>-859.062,38</b>

Código das Contas Pocal	PROVEITOS E GANHOS	Município de Lisboa	CARRIS	Egeac	Emel	Gebalis	Lx Ocidental SRU	Ajustamentos	Consolidado 2018	Consolidado 2017	Varição
781	Juros obtidos	15.728,17		2.216,67	20.575,96	0,00	115.123,96		153.644,76	106.432,84	47.211,92
782	Ganhos em entidades participadas	3.444.238,20							3.444.238,20	4.789.914,82	-1.345.676,62
783	Rendimentos de imóveis								0,00	0,00	0,00
786	Descontos pronto pagamento obtidos	878,57							878,57	48,01	830,56
788	Outros proveitos ganhos financeiros	475.696,38	71.227,62				3.369,85		550.293,85	111.722,09	438.571,76
<b>Total 78</b>		<b>3.936.541,32</b>	<b>71.227,62</b>	<b>2.216,67</b>	<b>20.575,96</b>	<b>0,00</b>	<b>118.493,81</b>	<b>-</b>	<b>4.149.055,38</b>	<b>5.008.117,76</b>	<b>-859.062,38</b>

r) *Demonstração consolidada dos resultados extraordinários;*

(unidade: Euro)

Código das Contas Pocal	CUSTOS E PERDAS	Município de Lisboa	CARRIS	EGEAC	EMEL	Gebalis	Lx Ocidental SRU	Ajustamentos	Consolidado 2018	Consolidado 2017	Varição
691	Transferências capital concedidas	23.337.986,99						10.313.934,16	13.024.052,83	24.025.886,42	-11.001.833,59
692	Dívidas Incobráveis								0,00	0,00	-
693	Perdas em existências	329.309,73							329.309,73	141.350,71	187.959,02
694	Perdas em imobilizações	1.116.416,72							1.116.416,72	470.397,23	646.019,49
695	Multas e penalidades	3.137,39							3.137,39	2.724,74	412,65
696	Aumentos de amortizações	45.018.218,10							45.018.218,10	60.845.010,20	-15.826.792,10
697	Correções relativas ex. anteriores	96.048.096,53		6.905,09				9.840.231,50	86.214.770,12	18.499.831,32	67.714.938,80
698/9	Out. cust/perdas extraordinários	70.103.277,41	404.862,90	17.852,48	564.565,10	110.165,86		5.057,19	71.195.666,56	7.894.185,96	63.301.480,60
	<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>-10.907.012,76</b>	<b>884.412,65</b>	<b>690.144,39</b>	<b>674.565,09</b>	<b>-110.165,86</b>	<b>0,00</b>	<b>-19.825.267,69</b>	<b>11.057.211,20</b>	<b>-14.548.061,31</b>	<b>25.605.272,51</b>
		<b>225.049.430,11</b>	<b>1.289.275,55</b>	<b>714.901,96</b>	<b>1.239.130,19</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>333.955,16</b>	<b>227.958.782,65</b>	<b>97.331.325,27</b>	<b>130.627.457,38</b>

Código das Contas Pocal	PROVEITOS E GANHOS	Município de Lisboa	CARRIS	EGEAC	EMEL	Gebalis	Lx Ocidental SRU	Ajustamentos	Consolidado 2018	Consolidado 2017	Varição
793	Ganhos em existências	64.437,42							64.437,42	33.895,68	30.541,74
794	Ganhos em imobilizações	14.806.623,84							14.806.623,84	49.829.528,48	-35.022.904,64
795	Benefícios penalidades contratuais	8.115.161,08						136,89	8.115.024,19	7.655.159,85	459.864,34
796	Reduções amortizações e provisões	175.661.695,97							175.661.695,97	6.742.524,96	168.919.171,01
797	Correções relativas ex. anteriores	15.325.846,16		75.809,04				327.855,72	15.073.799,48	18.792.815,85	-3.719.016,37
798/9	Outros proveitos ganhos extraord.	11.075.665,64	1.289.275,55	639.092,92	1.239.130,19			5.962,55	14.237.201,75	14.277.400,45	-40.198,70
<b>Total 79</b>		<b>225.049.430,11</b>	<b>1.289.275,55</b>	<b>714.901,96</b>	<b>1.239.130,19</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>333.955,16</b>	<b>227.958.782,65</b>	<b>97.331.325,27</b>	<b>130.627.457,38</b>

s) *Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;*

(unidade: Euro)

Código das Contas POCAL	Rubricas	Saldo Inicial Consolidado	Aumento (custos)	Redução (proveitos)	Saldo Final Consolidado
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	113.532.068,42	8.138.758,06	19.511.050,60	102.159.775,88
292	Provisões para Depreciação de Existências	87.482,19	9.362,36	32.575,38	64.269,17
292	Provisões para riscos e encargos	326.444.617,77	45.372.743,23	156.837.221,68	214.980.139,32
49	Provisões para investimentos financeiros	910.982,29	55.037,27	291.541,71	674.477,85
<b>Total</b>		<b>440.975.150,67</b>	<b>53.575.900,92</b>	<b>176.672.389,37</b>	<b>317.878.662,22</b>



**LISBOA**

CÂMARA MUNICIPAL